

Mulher, Estado e revolução: política familiar e vida social soviéticas, 1917-1936

WENDY GOLDMAN

São Paulo: Boitempo/Iskra Edições, 2014, 399p.

Joana El-Jaick Andrade*

A obra *Mulher, Estado e revolução* tende a se tornar importante referência tanto no campo dos estudos históricos sobre a Rússia pós-revolucionária quanto nos debates travados no cerne dos movimentos feministas e socialistas contemporâneos. Através de uma meticulosa pesquisa documental, a historiadora norte-americana Wendy Goldman traça um panorama da sociedade soviética, da Revolução de Outubro até meados dos anos 1930, no intuito de reconstruir as condições econômicas, políticas e sociais enfrentadas pelos revolucionários na realização do seu projeto de emancipação feminina.

Ao lançar luz sobre a experiência revolucionária russa, a autora busca examinar a possibilidade de concretização dos princípios igualitários socialistas diante da particularidade histórica de uma sociedade predominantemente agrária e fortemente pautada por valores tradicionais patriarcais. Neste sentido, o estudo da realidade das mulheres russas permitiria compreender os avanços e retrocessos dos direitos ao longo das duas primeiras décadas da Revolução.

Conforme nos mostra a autora, os dirigentes bolcheviques reverberavam as críticas de Marx e Engels à moral burguesa e seu diagnóstico quanto ao esfacelamento da instituição familiar enquanto unidade de produção, advogando pela criação de novos paradigmas de relações sociais calcados na liberdade, solida-

* Professora do Instituto Federal do Triângulo Mineiro. E-mail: joana.andrade@iftm.edu.br

riedade e cooperação. Caberia à revolução operária, portanto, não apenas transformar as relações de produção, mas promover a reeducação moral de milhões de camponeses, pequenos proprietários e intelectuais burgueses, subordinando todos à direção político-ideológica do proletariado.

Neste momento de plena reestruturação social, inúmeros esforços foram reunidos para a criação de um aparato jurídico institucional capaz de liberar as mulheres da “escravidão do lar”, permitindo seu ingresso na indústria, seu acesso à educação e a sua participação na vida política. Procurando eliminar a dependência econômica feminina e instituir uma igualdade formal entre os gêneros, foram formulados decretos proibindo a discriminação no trabalho e nos estabelecimentos de ensino, estabelecendo igualdade salarial, conferindo capacidade jurídica plena às mulheres e promovendo a socialização do trabalho doméstico e do cuidado com as crianças mediante a criação de refeitórios, lavanderias e creches comunitárias, bem como de lares para crianças abandonadas (*besprizorniki*).

Seguindo esse mesmo entendimento, foi ratificado em 1918 o Código do Casamento, da Família e da Tutela – uma legislação progressista sobre o matrimônio e a família que introduzia o direito ao divórcio, o fim da distinção entre filhos legítimos e ilegítimos, o direito à pensão alimentícia e o dever de assistência ao ex-cônjuge carente ou incapacitado. Pretendia-se, assim, fundar os alicerces para a substituição do casamento por uniões livres, não reguladas pelo Estado, baseadas no afeto e afinidades mútuas entre indivíduos autônomos e iguais.

Esse projeto de emancipação feminina teria esbarrado, entretanto, na própria incapacidade do Estado de satisfazer as necessidades sociais e fornecer os serviços desempenhados pelas mulheres no meio familiar. O funcionamento precário e a superlotação dos estabelecimentos públicos impediam que elas pudessem ser efetivamente liberadas do trabalho doméstico e que adentrassem em pé de igualdade no mercado de trabalho. As restrições econômicas impostas pela NEP agravaram esse quadro, levando ao fechamento de indústrias e serviços que resultaram em demissões em massa e no rebaixamento geral dos salários. Essas medidas atingiram especialmente o trabalho feminino, já impactado pelo retorno dos soldados à força de trabalho.

Ademais, o grande número de divórcios e separações *de facto*, o aumento da miséria e a busca pelo trabalho fora do lar conduziram a uma elevação drástica no número de abortos e de *besprizorniki* (crianças de rua). Por conseguinte, ainda em 1920 o governo assumiu medidas inovadoras para conter os efeitos nocivos do aborto ilegal, como sua descriminalização e a realização gratuita em hospitais públicos. Ao mesmo tempo, a proibição da adoção foi revogada, de modo a permitir que as crianças sem lar fossem abrigadas por trabalhadores urbanos e camponeses.

Goldman demonstra ainda como a política agrícola inaugurada pela NEP entrara em contradição com os novos direitos das mulheres, na medida em que reconheceu o direito à pequena propriedade comunal de base familiar (*dvor*). A concessão ao campesinato representaria um problema, pois, como unidade eco-

nômica indivisível, o *dvor* não poderia estar sujeito a rateios visando atender as obrigações individuais de seus membros.

Os empecilhos à efetivação dos direitos das mulheres, contudo, não se restringiriam à preservação de estruturas econômicas arcaicas e às insuficiências das políticas públicas de prestação de auxílio e assistência social. Apesar dos Planos Quinquenais terem gerado novas condições materiais para a libertação das mulheres e seu redirecionamento para a esfera pública, sua dependência econômica e exclusão política persistiram.

A implementação de uma política estatal repressiva manifestava-se na propagação de uma ideologia patriarcal, expressa no revigoramento e glorificação da família e na adoção de medidas de incentivo à maternidade. O Estado, então, eximia-se da função social de cuidador e provedor das crianças, passando os *besprizorniki* à esfera de responsabilidade dos pais ou da polícia – quando não eram sentenciados como adultos pela prática de pequenos delitos e confinados em colônias penais. O reforço da “responsabilidade familiar” incluiu também a criminalização do aborto, a limitação do divórcio e a instituição de sanções mais pesadas pelo descumprimento da obrigação de pagamento de pensões.

Em suma, para Goldman, “a reversão ideológica na década de 1930 foi essencialmente política, não de natureza econômica ou material” (p.394). Ela impediu a continuidade dos debates travados na década de 1920, tendo resultado na prisão ou assassinato de juristas e ativistas comprometidos com ideais libertários e na extinção de arenas de livre discussão e participação política feminina, como o *Zhenotdel* (Departamento de Mulheres do Partido). Nos anos seguintes a nova orientação governamental prevaleceu, verificando-se a reversão quase total dos direitos conquistados pelas mulheres.

A descaracterização da perspectiva revolucionária sob o stalinismo é a preocupação fundamental que permeia o livro de Goldman. O resgate histórico da memória das lutas movidas por juristas, revolucionários, trabalhadoras e camponesas tem em vista a preservação do legado emancipatório da experiência soviética, visando atingir as novas gerações. Neste aspecto, evidencia os desafios econômicos e culturais interpostos para a concretização dos ideais socialistas, denunciando o latente antifeminismo presente tanto nos discursos quanto nas práticas de trabalhadores, burocratas, funcionários, gerentes de fábrica e dirigentes partidários, avessos às novas ideias e presos aos velhos paradigmas sexistas. Além de dar visibilidade à condição precária de milhares de desempregadas, mães solteiras, esposas sazonais ou mulheres submetidas a abortos ilegais, sua pesquisa permite-nos acessar diferentes vozes e reivindicações femininas.

Cabe ressaltar, por fim, que as virtudes do livro superam suas eventuais lacunas teóricas, como a ausência da discussão desenvolvida na tradição marxista sobre o papel do trabalho doméstico no processo de valorização do capital e a adesão automática da autora às críticas formuladas por feministas, como Lise Vogel, que atribuem a Marx e Engels uma “noção idealizada da família proletária” (p.54).

Palavras-chave: emancipação feminina, Revolução Russa, Estado.

CONSULTE A BIBLIOTECA VIRTUAL DA *CRÍTICA MARXISTA*

<http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista>

CRÍTICA marxista

Análise marxista da crise

João Quartim de Moraes

Conselhismo e democracia

Luciano Martorano

Ecosocialismo

Michael Löwy

A institucionalidade financeira

Nelson Alves

Debate: um novo salariado?

G. Dumenil, J. Lojkine e M. Vakaloulis

28